

“Os cereais na economia portuguesa antes da campanha salazarista – as suas dinâmicas produtivas e dependências”

“Cereals in the portuguese economy before the Salazar campaign – their productive dynamics and dependencies”

José Pedro Reis

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, doutorando em História.

Resumo: O presente artigo pretende abordar a produção e a respetiva importância do trigo e outros cereais para a economia portuguesa, na passagem do século XIX para o século XX até à concretização da famigerada campanha de trigo com o propósito de tornar o país autossuficiente nesse produto. A realização deste plano que se principiou na década de 1920 é amplamente abordado na historiografia portuguesa, como um dos patamares para a consolidação do regime salazarista e como sendo o primeiro grande projeto político fascista.

Imperioso perceber o que terá potenciado a realização deste plano, como todo o caminho que foi percorrido para a sua necessidade de concretização, sendo esse o principal propósito deste artigo em responder a estas e outras possíveis questões que possam surgir na indagação por respostas.

Palavras-Chave: trigo, economia, campanha, dependência, produção.

Abstract: The present article intends to approach the production and the respective importance of wheat for the portuguese economy, from the 19th century to the 20th century until the end of the notorious wheat campaign with the purpose of making the country self-sufficient.

The realization of this plan began in the 1920s is widely addressed in portuguese historiography, as one of the thresholds for the consolidation of the Salazar regime and as being the first major fascist political project.

It is imperative to understand what will have led to the realization of this plan, as well as the entire path that was taken for its need to be realized, which is the main purpose of this article in answering these and other possible questions that may arise in the search for answers.

Keywords: wheat, economy, campaign, dependence, production

Introdução

Executando uma perscrutação breve pela história contemporânea portuguesa é possível compreender a inquietação constante das autoridades em conseguirem abastecer os seus mercados de trigo e outros cereais indispensáveis para a alimentação da sua comunidade desde os meados do século XIX até à sua passagem para o século XX, não desconsiderando as primeiras duas décadas desse século.

Os cereais panificáveis tinham especial importância para a alimentação do comum cidadão, considerando que eram a base do seu sustento, não devendo olvidar as várias carências alimentícias em que viviam, com uma alimentação pobre em calorias e em boas fontes de energia, consumindo para suprimir essas falhas, o emprego particularmente de álcool.

Indispensável compreender o que ocasionava estas dificuldades, como também as mesmas eram suprimidas, sendo um ponto crítico para a ordem pública o processo de abastecimento da comunidade para evitar problemas futuros, que iriam, contudo, acontecer concretamente no decorrer da 1ª Guerra Mundial.

Deverá ser igualmente entendida a evolução da população, através da análise das dinâmicas demográficas para ser mais simples compreender como a extensão do problema ia acontecendo se considerava o ajuste do mesmo, conforme o incremento das suas necessidades.

Um necessário trabalho de percepção das dinâmicas de produção de cereais, o desenvolvimento dos processos que deveriam incitar ao incremento da sua produção e na falta de capacidade de resposta da produção nacional, compreender a extensão das necessidades de importação e perceber as consequências desses factos para a economia nacional.

Desde os meados do século XIX para o século XX

A estrutura agrária com o surgimento do liberalismo, conserva-se estável e nos começos da centúria seguinte, essa mesma estabilidade iria alterar o tipo preferencial de cultivo, o seu grau de intensidade dos investimentos produtivos em maquinaria, adubos químicos, escolha de sementes, inseticidas etc.

O autêntico é que nos últimos vinte ou vinte e cinco anos do século de oitocentos se presenciou, uma dinâmica relativamente importante de progresso agrícola, que naturalmente se inter-relacionou com os surtos de implantação industrial (CASTRO, 1979: 41).

Uma abordagem um pouco inibida para a concretização dos primeiros passos na industrialização também na agricultura, com a preocupação de ter o máximo

de rentabilidade da sua produção, devido às apostas referidas anteriormente.

Na temática da dianteira do uso da maquinaria, o conhecimento destes novos instrumentos, que tinham sido construídos noutros países, foi rapidamente seguido da sua produção nacional (PEREIRA, 1983: 87). A importação de uma prática internacional para os mercados nacionais, implementando estes exemplos na agricultura nacional.

Sendo um pouco mais específico, a concretização relativa à mecanização da ceifa, que na primeira fase importara pouco os agricultores, torna-se mais universalizada no princípio do século XX, a consolidação da técnica ampla de cultivo empregue nas grandes explorações que comprometia um período de trabalho anual muito intenso, mas extremamente curto, tornou as explorações latifundiárias, dependentes da existência de uma basta mão de obra temporária e migrantes (PEREIRA, 1983: 89-90).

Uma nova referência para a transmutação do setor económico alusiva à produção agrícola que ia sofrendo pequenas alterações para concretizar a referida industrialização e potencialização do seu possível impacto económico que poderia ser um importante contributo para a economia nacional.

Na averiguação por mais dados alusivos à importação de máquinas agrícolas em 1911 a sua quantidade era de 421 máquinas, para em 1914 ser o seu número de 629, reduzindo com a Primeira Grande Guerra por questões óbvias para ser em 1917 meramente de 30, para haver um incremento para um número recorde de 1920 de 2267 (MARQUES, 1978: 117).

O fomento que se registou após o fim do supramencionado conflito bélico, estará arrolado com a estabilidade social e política que se traduz sempre em proveito económico, sendo esta situação, um exemplo claro dessa teoria.

Relativamente à questão do uso dos adubos foi possível compreender alguns dados para a materialização dessa análise histórica, perlustrando as quantidades de importação daquele recurso que desfrutou de um crescimento estupendo desde 1882 para 1904 que foi dos 637 mil quilogramas que corresponde a 637 toneladas para no último ano em estudo ser de 68 milhões de toneladas (PEREIRA, 1983: 85).

O fomento do uso dos adubos poderá estar relacionado com a pertinaz publicidade realizada pelas companhias produtoras e vendedoras como também com o incremento dos resultados que os outros agricultores vizinhos iam obtendo.

Na temática da maquinaria referida previamente, deve-se dar especial relevo e importância aos primeiros tratores com motores de explosão que foram introduzidos em Portugal no segundo semestre de 1917 por iniciativa do ministro do trabalho e agrónomo Lima Basto que fez pressão para conseguir 20 tratores que

eram de oito diferentes marcas americanas com fins principalmente de propaganda mecânica (MARQUES, 1978: 118).

Um dos momentos raros de visão estratégica, com a cisma em provocar infundir uma maior industrialização na agricultura, descomplicação dos processos, minorando tempo e evidentemente recolhendo também maiores dividendos da produção agrícola que era positivo para todos os intervenientes.

O maior uso de adubos, máquinas, inclusivamente de tratores, seleções de sementes, aplicação de métodos para organizar e planejar a produção, podendo ser justificada esta enorme e complexa dinâmica como um esforço de colmatar a importância das importações.

Na temática das importações e a sua possível diminuição, em 1914 a imprensa periódica local indicou que o abastecimento dos alimentos através da importação para a nossa nação ainda acontecia com grande regularidade, concretamente os cereais que eram originados principalmente: da Alemanha, o centeio; da Argentina, o milho; da Roménia, o trigo e dos Estados Unidos e da República Argentina (JORNAL DE SANTO THYRSO 24.9.1914).

Indagando por dados anteriores, para uma melhor perceção do real cenário da economia lusa e a sua capacidade produtiva no seu segmento de produção de produtos alimentares, sendo possível compreender que aconteceu um período de desenvolvimento agrícola entre 1846 e 1852, seguindo-se uma fase de forte quebra de 1852 até 1870, sendo asseverada essa última fase de crescimento referida no parágrafo anterior (LAINS, 1995: 51).

Apurando por dados concretos relativamente à produção de cereais destinados ao fabrico de pão no período de tempo entre 1847-52, concretizando essa análise por distrito a produção de cereais panificados irá ser maior em Braga com 11.09%, seguindo-se Coimbra com 10.87% e o Porto com 8.83%, sendo a região com menor capacidade produtiva, Castelo Branco com somente 2.85% (JUSTINO, 1988: 39).

Podendo cruzar esses dados com o número de habitantes, a situação ganha contornos graves em Aveiro, Castelo Banco, Faro e Lisboa, com a sua percentagem de população a ser superior ao dobro e nalguns casos ao triplo da sua produção (JUSTINO, 1988: 39).

Os distritos referidos no parágrafo anterior deterioravam claramente o cenário nacional, porque faziam aumentar as dificuldades em conseguir responder as necessidades que existiam, porque os excedentes que existiam não conseguiam responder e suprimir as carências dos outros distritos, forçando a realização de importações em grande escala.

Relativamente a Faro, subsiste um esforço de justificação para essa situação, toda a região algarvia tinha melhores vias de comunicação por mar do que por terra, havendo apenas uma única ligação rodoviária que era paralela ao litoral, sendo também nessa zona geográfica que as terras produtivas se encontravam, possuindo a inquietação de nessa zona ser possível haver o arroteamento de novas áreas para agricultura (PEREIRA, 1983: 61).

Porém subsistem indícios que podem assinalar o contrário, particularmente entre Aveiro e Coimbra que em 1868 era uma das regiões mais densamente povoadas e identicamente uma das melhores áreas cultivadas e arborizadas.

Existência também de referências para a pressão demográfica que fez forçar o aproveitamento dos terrenos arenosos para a cultura, sendo um trabalho paciente que passou pelo plantio de pinheirais, para fixar as dunas, vigoroso aproveitamento de estrume com base na ria de Aveiro para poder ser facilitado o seu cultivo, um exemplo concreto para estas práticas na Gafanha que foi bastante proveitoso em que foi tomado um areal com mais de 2 mil hectares (PEREIRA, 1983: 53).

Perquirindo por mais alusões para a região entre o rio Minho e o rio Sado que se estendiam por uma longa e quase continua faixa de terras cultivadas, que se alargava nos seus extremos, no Minho e Entre Douro, entre Leiria e o estuário do Tejo no Sul (PEREIRA, 1983: 45).

Analisando este último parágrafo é necessário perceber que se tratava de uma grande região, se lembrarmos o atraso crónico da produção agrícola nacional, poderá ser aqui um contrassenso, todavia, o rendimento também podia ser baixo e por isso apesar de ser uma área vasta os resultados serem diminutos.

Nesta última fase de crescimento, o ritmo de desenvolvimento foi de 1,7% ao ano, superando mesmo o de outros países ditos desenvolvidos, a agricultura britânica no seu apogeu de crescimento entre 1820 e 1850 era de 1.8% ao ano, em França a taxa de crescimento mais elevada foi de 1.2%, enquanto na Alemanha a produção entre 1850 e 1913 foi uma taxa de crescimento dos 1.2% (LAINS, 1995: 52).

Nesse sentido e analisando os dados do parágrafo anterior, o crescimento agrícola nacional é superior a muitos outros países, sendo superado em apenas uma décima percentual pela Inglaterra a referência de crescimento económico neste momento da história global.

O historiador António de Oliveira Marques irá cooperar com esta afirmação de desenvolvimento, alicerçando que a estrutura económica de Portugal se fundamentava principalmente na agricultura, sendo rica a nação portuguesa em determinados produtos agrícolas, vinho, cortiça e frutas, que suportavam as exportações nacionais (MARQUES, 2010: 19).

No esforço de consolidar uma informação sobre as possíveis variações de produção de cereais, possível dissecar a sua produção desde 1851 a 1862 que no caso do trigo fez perder quase 70 milhões de hectolitros, com um incremento da produção do milho, prosseguindo, porém, nos outros cereais, concretamente no centeio com uma grande diminuição, igual ocorrência na aveia e na cevada a sua produção passou dos 731 148 84 para os 461 101 38 hectolitros (PEREIRA, 1983: 64).

A exploração em determinadas zonas era bastante intensa, na região do Porto era descrito em 1868 que não havia um hectare de solo que não estivesse a ser aproveitado para o cultivo de cereal, horta, prado, bosque, obtendo grande cuidado na preparação do terreno (PEREIRA, 1983: 48).

Uma asseveração aceite por David Justino, que reforça a importância da produção cerealífera, particularmente a de espécies panificadas, que conjuntamente com o vinho eram uma das componentes de maior peso no produto bruto agrícola em Portugal, não sofrendo alterações consideráveis ao longo de todo o século XIX, com a inquietação a recair sobre estes produtos considerando a sua relevância para a alimentação dos portugueses, como também na sua área de produção que o colocava no topo das preocupações (JUSTINO, 1988: 34).

Na análise da produção entre 1861 e 1870 a grande percentagem da plantação e produção de cereais panificáveis de milho era de 43% seguindo-se o trigo com 26.23%, o centeio ser de 20%, enquanto as produções de cevada e aveia eram praticamente residuais, sendo de 8,6% e 1,96% respetivamente (PEREIRA, 1983: 65).

No ano de 1856 escrevia-se no jornal da Sociedade Agrícola do Porto, que a economia estava atrofiada, podendo o solo português produzir o dobro do que produzia naquele momento porque pouco ou nada foi feito (JUSTINO, 1988: 29). Uma referência para o atraso que ocorria no passado, sobretudo por inércias das autoridades que não procuram um incremento da produção agrícola nacional.

A não indagação por um incremento na produção poderá estar relacionada com o possível aproveitamento das potencialidades que podiam surgir no território das colónias, mas tardava também a afirmação das colónias neste prisma da economia.

Um dos caminhos que poderia ser trilhado pelas autoridades e que seria uma questão de tempo até acontecer, era o ensaio para a realização de práticas protectionistas no esforço de forçar o impedimento das exportações e em sentido contrário restringir as importações. Não vendendo produtos ao estrangeiro, seria menos necessário comprar.

Para este plano ter um sentido completo, seria indispensável que houvesse um incremento da produção nacional, se assim não fosse simplesmente iria ser uma

solução a curto prazo e sem grande estruturação para futuro.

As primeiras medidas protecionistas foram tomadas em 1889 e foram orientadas simplesmente para a produção de cereais. A ideia era assegurar que toda a produção interna fosse vendida independentemente do preço através do requisito de consentimento do Governo para as importações de cereais e da concessão destas autorizações apenas em troca de compromissos de compra da produção interna (MATA; VALÉRIO, 1994: 165).

A lei dos cereais de 1889-1899 com especial importância para a figura do ministro Elvino de Brito de 14 de julho de 1899 que instituía o respetivo regime de proteção para a cultura nacional do trigo, toda essa legislação visava impedir a importação de trigo exótico quando houvesse nacional, afixando para este um preço suficientemente renumerado, tabelando o custo do pão e cuidando também de outros pormenores complementares relativos à moagem e rateio (MARQUES, 2010: 19 - 20).

Porém, Pedro Lains menciona que a especialização agrícola voltada para os mercados externos e o livre câmbio podiam ser considerados como os fatores principais do atraso económico português (LAINS, 1995: 37).

Existem teorias contraditórias ao protecionismo, como descreve António de Oliveira Marques que além do protecionismo, haviam momentos de franco liberalismo em que se barateava o pão, mas desfalcava o tesouro em divisas (MARQUES, 2010: 19).

Possivelmente estaríamos perante a concretização de uma política populista em que para satisfazer as necessidades do povo, haviam graves atropelos económicos, não ocorrendo um plano e reestruturação económica a longo prazo, apoiando-se num plano momentâneo, sem grandes perspectivas de futuro que poderiam ter um preço bastante elevado no futuro.

Relativamente às terras agricultadas e à sua rentabilidade, realizando uma análise da sua dinâmica entre 1910 e 1925, embora o seu ritmo tenha descaído, nesse espaço temporal simplesmente teriam sido postos aos serviços da lavoura, havendo uma forte aposta no setor dos químicos para apoiar a produção agrícola, nomeadamente com o uso de pesticidas (CASTRO, 1979: 42).

Seria necessário compreender a evolução da produção, com o dissecar de percentagens por grupos de produção, a produção dos cereais inicia-se em 29,6% entre 1853-62 para preservarem uma dinâmica percentual bastante estável sem grandes oscilações, havendo obviamente as tradicionais perdas e ganhos, conseguindo atingir os 34,2% entre 1861-70 para quebrar ligeiramente até aos 31% entre 1900-09 (LAINS, 1995: 53).

No espaço de tempo seguinte, nos começos da República a área semeada de trigo aumentara um terço e a sua produção igualmente, o rendimento por hectare subira um pouco, mas continuava a ser um dos mais baixos da Europa (MARQUES, 2010: 20).

O crescimento realizado no passado, com valores superiores aos da maioria foram apenas o resultado do momento, não conseguindo alimentar aquele ritmo de crescimento que poderia ser importantíssimo para o crescimento económico português.

Numa análise extremamente simplificada, houveram avanços nas produções de alguns artigos essenciais da agricultura tradicional portuguesa, mas que noutros se teria verificado um certo recuo, nomeadamente na produção de cereais e vinho, unicamente a produção de trigo evoluiu e quebrou a do milho, com um incremento do azeite e da cortiça (CASTRO, 1979: 65).

Apesar da produção aumentar, não devemos esquecer que a população acabaria também por ampliar, com agravante da concentração urbana ser galopante atendendo à crescente industrialização do país em pontos estratégicos do território.

A concentração urbana pode ser justificada com o surgimento da classe operária, no seguimento da industrialização do país que a fez crescer de forma exponencial com relevância para ser essa aglomeração acontecer em determinados pontos geográficos. Não existia um desenvolvimento da industrialização em todo o país, simplesmente em algumas áreas, o que fez desenvolver a tensão e os respetivos problemas, porque havia um incremento da pressão em se conseguir provimentos para essa massa humana que era crescente, como encontrar resposta também para outros problemas que iam surgindo tradicionais da vida numa cidade.

Precedentemente a este crescimento a grande maioria da população habitava no campo, menos de 20% era de condição urbana e grande parte desses 20% era em Lisboa e Porto que residiam. A população da capital iria passar dos 10% de 435 mil pessoas em 1911, para oito anos depois ser de 486 mil habitantes (MARQUES, 1978: 17).

Um grande crescimento populacional de 50 mil pessoas em um curto espaço de tempo, que iria potenciar o surgimento de vários problemas que poderiam condicionar o abastecimento alimentar daquela comunidade crescente.

A situação iria se manter estável até meados do século XIX com uma aposta no Norte com base no milho e centeio, quer o Sul, à custa do trigo, ostentam um saldo do comércio cerealífero per capita sensivelmente idêntica. Admitindo que o saldo do comércio cerealífero com o exterior não será muito significativo conseguiremos afirmar que o Norte e Sul eram praticamente autossuficientes (JUSTINO,

1988: 35).

Cereais exóticos

Imperioso referir o que seria o milho exótico que mais não era que a importação de milhos dos territórios ultramarinos que a nação portuguesa possuía em África, sendo uma solução comum para suprir as falhas de abastecimento, concretamente no decorrer da 1ª República.

O recurso ao trigo exótico tornou-se, não apenas normal, mas absolutamente indispensável, para suprir as falhas de produção nacional, indagando por dados referentes a este tipo de cereais a importação de trigo andava pelas 70 mil toneladas por ano em média, no espaço de tempo compreendido entre 1906 e 1911 atingia a marca de 182 toneladas, para em 1927 ser de 308 mil toneladas (MARQUES, 2010: 20).

Uma importação crescente que é uma demonstração da dependência nacional para com os mercados estrangeiros, poderia ser problemática no futuro, ficando o país refém de vontades estrangeiras com a agravante de ser num dos pilares fundamentais para a vida da sua comunidade, não olvidarmos o papel do pão na alimentação e dieta da população em geral.

Não descurando que com aquele conflito a discorrer poderiam haver mudanças políticas, a perda de alguns territórios, ficando a situação crítica para a comunidade portuguesa que podia não conseguir encontrar o seu sustento.

No mês de fevereiro de 1918 a Câmara Municipal do Porto contava dispor à venda pão de milho com boas condições e garantir o fornecimento dos estabelecimentos comerciantes, para isso ser exequível aconteceu um pedido de grande quantidade de 16 t de milho a Lisboa, referência para as autoridades nacionais e para obter essa quantidade de milho, a sua proveniente era das colónias ultramarinas portuguesas e era chamado de “milho exótico” que iria servir para alimentar o Porto (A PÁTRIA – JORNAL MONÁRQUICO DA TARDE, 1.2.1918).

O recurso a este tipo de solução não ocorria somente em 1918, nem somente no Porto, com a população de Penafiel nos primeiros dias de 1917 a beneficiar com a chegada de mais milho exótico, com a sua venda a ser executada na Praça do Mercado, sendo que aquela importância alimentar tinha sido conseguida por intermédio de deputados (COMÉRCIO DO PORTO, 16.1.1917).

Uma grande dependência do mercado colonial para ser executável garantir o abastecimento dos mercados nacionais, para suprimir as lacunas nacionais e trazer também a necessária tranquilidade para a sociedade que temia os constantes problemas de abastecimento.

A inflação dos preços

Dissecando toda a argumentação que tem vindo a ser exposta, nomeadamente a referente aos vários problemas de abastecimento dos produtos alimentares iria obviamente provocar um incremento dos preços deste produto como também dos seus produtos finais.

A simples confirmação de uma das mais elementares leis do mercado, quanto menor a oferta e existindo uma grande procura, evidentemente que o seu preço irá subir e foi o que se tratou neste caso.

O preço dos cereais panificáveis foi sempre subindo ao longo dos tempos, muitas vezes para níveis absurdos, contudo será analisada essa situação no presente capítulo.

Os problemas relacionados com a inflação iriam ser causados desde tempos bastante remotos na história contemporânea, comprovando essa situação com a lei de 1899 que fez aumentar a curto prazo os sentimentos de revolta da população, porque encarecia o preço do pão entre 45% a 50%. (MARQUES, 2010: 20).

Uma dificuldade que poderá suportar a desmedida carência de produtos alimentares, poderá estar relacionada com a pequena propriedade que existia sobretudo nas regiões nortenhas que impossibilitava evidentemente qualquer planificação de vulto e coagia à emigração acelerada (MARQUES, 2010: 23).

A pequena propriedade não consentia grandes produções, não havendo grandes produções, evidentemente que as carências se iriam fazer sentir porque não havia capacidade de resposta para o crescente número de população.

Relativamente á questão da fragmentação dos terrenos e para perceber essa questão com dados mais consistentes, abordando a dimensão dos terrenos e perseguindo o estudo de Armando Oliveira Marques que fragmenta o tamanho da propriedade em 5 níveis: de pequeníssima (até 2,38ha.) seguida de pequena (2.38h a 6ha.), média (6 a 60ha), a grande (60 a 240 ha.) e por fim o latifúndio (mais de 240ha. (MARQUES, 1978: 62)

O supramencionado historiador iria asseverar que mais de 71,15% era classificada como pequeníssima e no extremo oposto os latifúndios eram de somente de 0.10% (MARQUES, 1978: 63).

A confirmação da argumentação que tem vindo a ser exposta nos parágrafos anteriores, relativamente à pequena dimensão dos terrenos agrícolas, com a sua grande maioria a não ter mais de 2.38h o que obviamente reduz a sua capacidade produtiva e também impossibilita o uso de maquinaria devido à exiguidade dos

mesmos, sendo várias as condicionantes que impedem um maior retorno de produção daqueles artigos.

Subsiste a eventualidade de os terrenos agrícolas serem pequenas, mas o mesmo proprietário poderia deter vários terrenos, sendo necessário compreender a dimensão da propriedade dos agricultores e evidentemente que os pequeníssimos proprietários eram a grande maioria sendo no total 57%, enquanto os proprietários que tinham rendimentos superiores a 20 mil escudos eram de apenas 0.06%. (MARQUES, 1978: 66).

A existência de menos de 1% que era capaz de retirar rendimentos superiores a 20 mil escudos é um sinal inequívoco do atraso na industrialização da agricultura, como também o fraco retorno para a economia nacional e respetivas dificuldades em garantir o abastecimento dos mercados.

Em Portugal, se os preços haviam praticamente triplicado entre 1914 e 1919, seguindo-se depois até 1924 que depois multiplicaram-se por oito, indicando a perda de poder de compra e, portanto, a desvaliação interna da unidade monetária portuguesa. O escudo evidentemente que iria sofrer igualmente uma desvalorização externa, depreciando-se, complicando os pagamentos do país com o estrangeiro (MATA, 2011: 199).

A desvalorização da moeda iria causar graves problemas para o país que iria ter mais dificuldade em honrar os seus compromissos com outros países, como também com os seus fornecedores, obrigando ao dispêndio de cada vez maiores somas de dinheiro para executar com sucesso os pagamentos e a não concretização com sucesso dos mesmos iria complicar a compra de produtos para o abastecimento nacional e adquirindo menor quantidade e mantendo-se as suas necessidades as dificuldades de abastecimento iriam aumentar e obviamente iriamos assistir a um incremento da inflação.

O político Afonso Costa que era a mítica figura republicana, ocupando vários cargos de destaque político no regime republicano irá mencionar sobre as questões relativas ao abastecimento de produtos cerealíferos no parlamento português em 1 de maio de 1914: “Concordo em que precisamos desenvolver a riqueza agrícola, mesmo em benefício dos próprios lavradores, e modificar a lei dos cereais para se baratear o pão, que tem um preço exagerado, relativamente ao estrangeiro. Para baratear o pão, todos temos de nos sacrificar” (MARQUES, 1977: 63).

Um discurso insuficiente, esperando seguramente os elementos das massas populares outras respostas, atendendo que os sacrifícios que realizavam eram cada vez mais comuns e não parecia haver uma solução que fosse eficaz e reformadora do sistema económico.

No decorrer do conflito mundial, ocorreram vários protestos em alguns dos bairros mais populosos da cidade relacionados com a inflação com os seus habitantes a abandonarem o consumo do pão de trigo porque o seu preço era uma miragem para a comunidade operária que acabava por escolher o pão de milho (O COMÉRCIO DO PORTO 7.3.1915).

Indagando por impactos em outras áreas geográficas, os gaienses também sentiram enormes dificuldades, aumentando a sua ansiedade e o respetivo sentimento de impotência com a sensação que sentiam por intermédio do abandono das autoridades locais, com constantes menções para o incremento do preço do pão de trigo, colocando aquele alimento a um preço elevado e informando que iria igualmente elevar o preço do pão de trigo, mantendo-se para a comunidade em geral o sentimento que autoridades estavam indiferentes, não se preocupando em colocar um travão na escalada de preços, tolerando total liberdade para inflacionar os preços (O COMÉRCIO DO PORTO, 3.3.1915).

Os impactos da inflação iam se estendendo por todo o território ao longo de meses e anos, sendo exemplo concreto o que aconteceu na localidade de Mindelo no concelho de Vila do Conde em maio de 1917 foi exposto na imprensa um cenário desolador, o pouco milho que havia era vendido a um preço elevado, sentindo-se a falta de farinha de trigo, não sendo possível tomar medidas para os padeiros deixariam de fabricar o pão (O COMÉRCIO DO PORTO, 5.5.1917).

Neste último exemplo, fica patente a questão primordial do aumento dos preços que era a falta dos produtos nos mercados, o que provocava o aumento da inflação e obviamente nos patamares seguintes dificuldades para a vida do comum cidadão.

O impacto da Primeira Grande Guerra

Escrevia-se no dia 3 de agosto de 1914 no jornal O Norte, que era um dos vários diários republicanos que apesar de toda a Europa tivesse muito a sofrer com aquele conflito, o maior de todos os tempos, Portugal era das nações que menos tinha a temer, não só pela sua aliança com a forte Inglaterra, mas também pela sua situação económica.

No periódico apontava-se igualmente que há muitos anos que não havia um ano agrícola, como o que era vivido em 1914. O trigo chegava pelo menos para nove meses e há dez anos que supostamente não tinham uma colheita de milho tão boa. O feijão havia em abundância e a perspetiva da colheita da azeitona e respetiva produção de azeite era magnífica, apontando o dedo aos monárquicos como especuladores ignóbeis (O NORTE, 3.8.1914).

O esforço de fundamentar os possíveis problemas de abastecimento alimentar que iriam acontecer com aquele conflito mundial com questões políticas, alimentando teorias da conspiração com origem nos movimentos monárquicos para condicionar a normalidade do país.

A situação de produção alimentar do país foi também esplanada nos jornais locais de Santo Tirso, concretamente no Jornal de Santo Thyrso em que se escrevia nos primeiros dias de setembro de 1914 uma análise rigorosa:

Portugal país essencialmente agrícola deve precaver-se atenuando tanto quanto possível essa crise que fatalmente nos irá atingir. Os produtos agrícolas que consumidos no nosso país não são todos produzidos no nosso solo. Temos alguma abundância, que nos permite exportar tal como as uvas e os vinhos. Outros há como o trigo, o milho, o arroz, etc. que os vemos obrigado a importar pela escassez da nossa produção. (JORNAL DE SANTO THYRSO 9.9.1914)

A preocupação do país que era claramente agrícola que deveria tomar medidas de forma acelerada para evitar problemas de futuro, afirmando que havia alguma abundância que até podia ser possível concretizar exportação de alguns alimentos, todavia havia também a visão lúcida das enormes carências que apontava a exportação como um recurso para dissipar possíveis problemas.

Relativamente à tomada de medidas por intermédio do poder central, a historiadora Ana Paula Pires alerta para a falta de visão e estratégia do poder político, ocorrendo algumas mudanças por pressão de movimentos e instituições particulares, alusão para a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa que solicitava a repressão de todos os crimes relacionados com a usura e o açambarcamento de géneros de primeira necessidade (PIRES, 2011: 320).

Nesse sentido as primeiras medidas foram tomadas logo a 3 de agosto de 1914, com o Ministério da Justiça a emitir uma circular que remeteu aos procuradores da República, Ministério do Interior e governadores civis que tinham importantes funções nas questões relacionadas com o abastecimento alimentar, com a condenação da existência de possíveis monopólio dos géneros de primeira necessidade, como igualmente a sanção de todas as alterações dos preços resultantes da livre concorrência dos mercados.

A preocupação em recolher os preços dos produtos alimentares, precedentemente ao início do conflito, para confrontar esses valores com os possíveis novos preços. Uma medida simples, sem grande grau de complexidade, mas que podia ser facilmente adulterada e que na prática poucos efeitos teve e não produziu a necessária tranquilidade na comunidade.

Relativamente a Lisboa, os principais centros urbanos existiam fortes limi-

tações desde tempos longínquos que asseguram a escassez naquela área geográfica, atendendo ao seu elevado nível de consumo o que poderá potencializar as carências nos abastecimentos e agravar os problemas sociais (JUSTINO, 1988:38).

Os principais problemas que Portugal teve de enfrentar durante a Primeira Guerra Mundial foram sobretudo de ordem económica, sendo uma crise de escassez e inflação, conforme tem vindo a ser aclarado ao longo de vários parágrafos.

Um elemento fundamental que poderá justificar a elevada dificuldade de abastecimento dos mercados e as consequências daquele conflito mundial era que nas vésperas da guerra, a economia portuguesa era muito dependente dos abastecimentos externos de certas mercadorias que eram de importância vital: os cereais, particularmente o trigo e o carvão que eram talvez os casos mais importantes (MATA; VALÉRIO, 1994: 181).

O trigo na questão do fabrico do comum pão de trigo que era o elemento fundamental da alimentação do comum operário e obviamente o carvão nas questões energéticas que era indispensável para alimentar a indústria e também as casas particulares.

O problema do abastecimento derivado à guerra, não acontecia somente nos grandes centros urbanos, no concelho de Paços de Ferreira escrevia-se na imprensa regional que em meados de julho de 1916 o concelho estava sem milho, contudo, o administrador local indagava arranjar aquele alimento, havendo apenas algum trigo para as necessidades básicas, mas com pouca quantidade em stock (O COMÉRCIO DO PORTO, 13.7.1916).

Na averiguação por dados concretos relativamente à importação de cereais, possível afirmar apoiando no estudo de Pedro Lains, académico português com ampla bibliografia em história económica, que dissecou a importação de cereais desde 1843 até 1913, iniciando essa prática em 1843 nos 8.4% para em 1890 atingir o pico de 43,3% e para encurtar paulatinamente, retirando o ano de 1905 que teve um ascendente para os 38,1% e em 1913 ser de 27.8% (LAINS, 1995: 41).

As medidas exploratórias eram constantes e esforços eram imensos, despontaram algumas realizações institucionais para compreender e tentar minimizar as consequências, entre as quais referência para os Armazéns Gerais Industriais e a Comissão de Subsistências. Os Armazéns Gerais Industriais, foram criados, sob a tutela do Ministério do Fomento, pelo decreto nº766 de 18 de agosto de 1914 que eram um exemplo da intervenção direta e do auxílio do Governo para o comércio nacional (PIRES, 2011: 324). Uma crescente introdução das autoridades governativas nos mercados, limitando a liberdade económica em consequência das más práticas dos intervenientes.

Os armazéns industriais eram um recurso que despontava após uma reunião entre o ministro do Fomento e uma comissão de industriais corticeiros, em que se analisou a crise que a indústria vinha atravessando, anunciando-se a criação de vários armazéns industriais, concretamente em Lisboa, Évora e Faro. A utilização de providências que facilitavam o abastecimento de géneros de primeira necessidade que o Governo procurava regular com as exportações portuguesas tendo especial atenção para a conjuntura causada pela Guerra que ia decorrendo (PIRES, 2018: 101). Conhecendo as reais dificuldades de abastecimento era possível a concretização de um plano mais adequado e capaz de responder ao máximo de solicitações.

A Comissão de Subsistências reunia periodicamente e, apesar da modéstia dos seus pareceres, não deixava de dar indicações ao Governo sobre o trabalho que julgavam ser indispensável para desenvolver em respeito ao abastecimento e armazenagem de produtos alimentares (PIRES, 2011: 326).

O referido órgão teve sempre grandes limitações na sua atividade e era praticamente um mero órgão consultivo, o que enfraquecia a sua autoridade e o respeito pelas suas medidas.

O Presidente da Comissão Câmara Pestana, delatava desde cedo graves situações de açambarcamento de milho em várias regiões do país, procurando obter uma maior liberalização das trocas, pedindo aos ministros do Fomento e das Finanças que se permitisse a exportação de alguns géneros alimentares, fundamentando que a livre circulação de produtos alimentares, com o pagamento de um imposto especial que iria funcionar também como uma fonte de receita para apoiar os elevados custos da participação de Portugal na guerra (PIRES, 2018: 102).

Um pedido que foi comum ao longo daquele conflito e que na análise do sentido das práticas que iam acontecendo era uma solução sensata porque quanto mais os alimentos eram controlados, maiores eram as dificuldades em os conseguir, havendo uma maior abertura rapidamente os produtos começavam a surgir no mercado, referência para os cereais e até mesmo para o seu produto final o necessário pão.

No decorrer da Primeira Grande Guerra, Portugal vivia num cenário de miséria social em tudo semelhante ao experimentado antes do conflito, agravado, pelas dificuldades de abastecimento de alguns produtos base da alimentação das classes mais pobres, segundo Ana Paula Pires que atesta o que tem vindo a ser argumentado (PIRES, 2011: 328)

As medidas para combater os problemas de abastecimento eram descrito na imprensa local, concretamente no Marco de Canavezes que a fome simplesmente conseguiria ser contrariada com o apoio das importações, exemplificando com a

importação de trigo da Argentina que chegava ao Tejo a bordo de um vapor, que iria ver a sua carga distribuída pelas fábricas de moagem que estavam matriculadas nos serviços e pela manutenção militar, esperando-se que nas semanas seguintes, chegasse mais trigo aos portos de Lisboa e Leixões que dariam para garantir o consumo do país para os próximos dois meses (DEMOCRACIA DO MARCO, 10.3.1915).

Uma atuação política limitada, funcionando na base do improvisado, sempre com uma visão no imediato e com pouca capacidade de ser estruturando fazendo com que os problemas se agravassem e se prolongassem no tempo, aumentando a ansiedade junto dos populares que temiam pelo seu futuro.

O arrastar da resolução de problemas que afetava a comunidade, era acompanhada pela imprensa socialista que fazia ecos da grave crise social que afetava o país e os seus cidadãos com relevância para a questão dos cereais:

A crise é medonha, falta tudo o que é necessário à vida, falta o trigo, o milho, o carvão, o algodão e todas as matérias primas para a laboração das indústrias e faltam os transportes marítimos para nos trazer de todas as mercadorias de fora necessária à vida.

Corre o risco de muitos ficarem sem pão e sem salário, o que seria o esboçar de um quadro trágico. (A VOZ DO POVO, 22.4.1917)

Uma miséria que os governantes contavam com a ajuda externa para diminuir, afirmando-se em maio de 1917 que entrava em Lisboa um navio dos Estados Unidos da América com trigo que simplesmente foi cedido conforme explica a Afonso Costa por alegadamente Portugal participar na guerra, entrando um outro navio que ele acreditava ser inglês com trigo da Austrália com a possibilidade de ser também cedido a sua mercadoria. (MARQUES, 1977: 279).

A declaração de Afonso Costa pode ser justificada com a necessidade de tentar fundamentar junta da sua comunidade a manutenção de Portugal naquele conflito bélico, particularmente com o aumento dos conflitos sociais que pareciam crescer sem fim e ia aumentando a sua violência.

No decorrer desse mesmo ano, apesar do abastecimento de cereais em setembro principiou a despontar na cidade do Porto o prenúncio de clausura das padarias e foi ganhando cada vez mais forma esse rumor, apesar das indispensáveis misturas de cereais para fazer as farinhas continuava a difícil existência daquele tipo de produtos.

A mistura de vários elementos em uma só farinha era uma medida para fazer prolongar no tempo os seus stocks. A cevada e o centeio desapareciam do mercado velozmente e não era possível conseguir o uso das farinhas porque a farinha trigo não podia ser moída devido a uma ordem governativa.

Não havendo pão na cidade, a situação era crítica podendo haver inclusive motins na cidade. Na realização de retirar a sua obrigação do problema relacionado com a falta de alimento, a classe dos padeiros fez uma declaração pública para informar o comum portuense (A PÁTRIA – JORNAL MONÁRQUICO DA TARDE, 13.10.1917).

A evidente tentativa de escamotear-se de possíveis responsabilidades na realização destes problemas, fortalecendo o pensamento que os comprometimentos eram do poder central que tardava em encontrar soluções.

Surgiam os referidos contratempos na dificuldade em conseguir mais abastecimento de milho para ser possível produzir pão, o que coagia a alguma originalidade por intermédio das instituições, um novo tipo de pão iria surgir era o pão manipulado que iria ser vendido à comunidade, sendo que o referido pão tinha os seguintes cereais na sua confeção: milho, trigo e centeio, que derivava das experiências na manutenção militar com aquela mistura de farinhas que tinha sido tido excelentes resultados (O COMÉRCIO DO PORTO, 9.1.1917).

A entrada da manutenção militar na produção de artigos alimentícios é mais uma solução que as autoridades tentavam implementar para a resolução do problema, quanto mais atores tivessem envolvidos possivelmente mais facilmente seria a resolução destes problemas.

Todavia, nos meses seguintes apesar desses esforços, a carência daquele cereal sentia-se em vários concelhos do país, mesmo nas freguesias com características rurais onde supostamente o acesso aqueles produtos seria mais facilitada, por exemplo em Melres (Gondomar) fazia-se sentir a falta de farinha de trigo para o fabrico do pão com os padeiros daquela freguesia a não fabricar o pão (O COMÉRCIO DO PORTO, 24.4.1917).

O problema do abastecimento de cereais prolongava-se no tempo e paralisava por completo a produção de pão em várias localidades que pioravam as dificuldades da comunidade.

Evidentemente que o sistema financeiro também principiaria o seu colapso o que iria complicar a consolidação de uma estratégia de abastecimento de alimentos, com o país a ter grande número de papel moeda a circular, porque não existiam os metais necessários para a cunhagem da moeda, minguavam os trocos, o comércio barafustava porque não conseguia realizar muitas das transações necessárias. Colocando a circular cédulas emitidas em pequenos pedaços de papel com valor declarado de 5 centavos (PIRES, 2018: 99). Uma solução engenhosa para driblar os vários problemas que eram uma reação em cadeia.

O Ministério do Trabalho acabou por assumir, diretamente, as questões rela-

cionadas com a intensificação da produção agrícola, fazendo-as depender do benefício, por meio de diques, albufeiras e canais, das correntes e quedas dos rios e água pluviais. Na execução era transformar um setor arcaico em um setor capaz de assegurar o progresso da produção e conseqüentemente a diminuição da importação de bens agrícolas essenciais concretamente cereais.

Um desenvolvimento do setor público, para revigorar o setor privado para uma maior capacidade produtiva e evidentemente a resolução dos problemas para a comunidade e obviamente para a economia e finanças do país (PIRES, 2018: 103).

Esclarecendo a historiadora Ana Paula Pires que era permanente a inquietação dos vários governos republicanos no sentido de buscarem minorar os efeitos da questão das subsistências, para tentar encurtar os conflitos sociais que estavam associados a esta temática (PIRES, 2018: 94).

Finda a Guerra, os governos de 1919 e 1923 esconjuraram em parte aquele espectro importando diretamente trigo do estrangeiro, que cediam posteriormente aos industriais da panificação por preço inferior ao de custo, conseguindo-se baratear artificialmente os preços de venda do pão ou, pelo menos, não os alterar proporcionalmente ao custo real do trigo exótico que fez despontar o chamado pão político (MARQUES, 2010: 20).

No decorrer da década de 1920 o quilograma de trigo importado estava pelo dobro do trigo nacional, os produtores de trigo tendiam a descurar a produção, por acharem não lhes valer a pena cultivar trigo, todavia a pressão das massas consumidoras dos grandes centros urbanos impedia um regresso à situação anterior, o pão continuava a ser barato, com um incremento da política para conseguir o apoio popular citadino (MARQUES, 1978: 143).

A importação de cereais do estrangeiro e o respetivo baixar daquela mercadoria que por arrasto decaía os preços da globalidade da produção fazia com que os preços de venda do produto não fossem apelativos para os produtores.

Distúrbios populares provocados pela carência alimentar

Indispensável executar um parêntesis nesta explanação história para tentar relacionar uma problemática que pode ter contribuído para agravar as dificuldades da sociedade em conseguir obter os seus produtos alimentares, designadamente a mudança de regime político em 1910 que irá instigar a possíveis ondas de resistência e respetivamente instabilidade política.

As penosas condições da sociedade eram cada vez maiores, a mutação de regime de uma Monarquia para uma República iria provocar alterações na estrutura

policial, que poderia propiciar mudanças na forma como se encaravam as manifestações e possíveis distúrbios na via pública com Machado Santos que é considerado pela cultura popular como o “fundador da República” porque havia liderado as forças da revolução e queria que no seguimento dos acontecimentos, juntamente com os elementos que o tinham acompanhado criar uma corporação que protegesse a República.

Estava presente nos republicanos o sentimento que os monárquicos poderiam realizar várias atividades para voltarem a ser poder.

Acabaria, contudo, apesar do medo presente por ser declinada essa proposta para não se outorgar demasiado poder, pelos elementos do Governo Provisório, transfigurando a Guarda Municipal para a Guarda Nacional Republicana, com os seus efetivos a serem disseminados pelo Porto e por Lisboa (CEREZALES, 2011: 215).

A infantaria da Guarda Nacional Republicana, efetuava o patrulhamento armada de espingarda e baioneta, enquanto a cavalaria utilizava o mesmo sabre e carabina que havia sido empregue pela anterior Guarda Municipal. A necessidade de asseverar que apesar da crítica dos republicanos, anterior à implantação do seu regime político, relativamente ao emprego de armas de fogo por intermédio dos operacionais da polícia, contudo a criação de um corpo que não tivesse força não letal, não se tornou prioridade após a sua chegada ao Governo (CEREZALES, 2011: 217).

Um dos constituintes para fomentar os conflitos, a pressão exercida pelo operariado, ao longo de várias décadas para conseguir o seu sustento alimentar, solicitando a implementação de medidas no sentido de impedir o aumento de preço dos principais géneros, para corresponder ao igual acréscimo salarial era, igualmente, um reflexo sintomático da convicção demonstrada pelas classes trabalhadoras de que os controlos estatais sobre os preços tinham benfeitorizado a sua posição negocial e prevenido a deterioração do seu poder de compra (PIRES, 2011: 322). A referida intervenção estatal para tentar regularizar os mercados conforme tem vindo a ser esclarecido.

Todavia, eram medidas que caíam em saco roto, não beneficiavam de grande efeito prático para o comum cidadão conforme foi explanado anteriormente e tornava-se cada vez mais crónica a falta de pão, não havia mais trigo, milho ou farinhas, que conseguissem chegar para as necessidades básicas da alimentação da sociedade por aproximadamente mais de 20 dias, no decorrer do mês de abril de 1917, o que poderia potenciar a concretização de atos violentos.

Fundamentando também a imprensa continuamente que a ausência de ce-

reais estava também limitada pela falta de barcos que sofriam o risco de serem torpedeados pelos submarinos alemães e haveria igualmente num plano secundário no esforço de escoar os produtos para fora do país.

Na cidade invicta, ocorreu a rutura de farinha para os diversos tipos de pão, sobrava apenas alguma farinha para as urgências, o que levava a que houvesse pouco pão da câmara para distribuir. Surgindo alguns assaltos movidos pelo desespero dos populares (A VOZ DO POVO, 8.4.1917).

Acontecimentos como esses eram comuns, não havia capacidade de resposta para abastecer os mercados e a população estava saturada e partia muitas vezes para a violência, fazendo com que a violência se fosse alastrando havendo inclusivamente vítimas mortais, inúmeros feridos e em consequência seria declarado o estado de sítio.

Ensino agrícola

Existe um apontamento que será necessário referir e que poderia fundamentar o atraso crónico nos abastecimentos dos cereais, concretamente a falta de preparação científica para haver um maior resultado dos terrenos agrícolas, sendo interessante para a conclusão deste estudo, uma breve análise na evolução dessa vertente dos estudos agrícolas, compreendendo alguns dados, concretamente o número de matrículas e até a localização dos estabelecimentos de ensino.

No Instituto Superior de Agronomia notou-se uma subida incessante de matrículas desde 1910-1911 até 1915-1916 o que a guerra por razões evidentes fez baixar, subindo depois um pouco o número de alunos para encurtar seguidamente, e de forma vertiginosa, na década vinte, para 178 em 1919-1920 e baixar para 65 alunos em 1926-27 e por último serem 89 alunos matriculados em 1929-30 (MARQUES, 1978: 113).

Indagando por equipamentos de ensino em Portugal neste período da história, os equipamentos escolares eram localizados em: Braga, Vidago, Mirandela, Coimbra, Tabuaço, Évora, Beja, etc. (MARQUES, 1978: 112).

Uma localização geográfica dispersa para tentar aglomerar o máximo de regiões e contribuir para o incentivo de uma maior e produção agrícola.

Considerações finais

A política financeira da Primeira República Portuguesa foi profundamente condicionada pela situação orçamental herdada da Monarquia Constitucional e pela decisão política de participação na Primeira Guerra Mundial. Influenciando a du-

ração do regime em uns breves 16 anos da Primeira República (MATA, 2011: 191).

A conjuntura provocada pela Guerra não permitiu à agricultura, com exceção do breve período do sidonismo, inverter a queda de grande parte das suas produções, salientado uma tendência que vinha há muito a verificar-se. O sector foi globalmente afetado não só pelas complicações de acesso a determinados fatores de produção (sementes, adubos), mas igualmente pelo reatamento da exportação de alguns produtos que era base da economia agrícola e com a agravante do estado de tempo não ser adequado para agricultura (PIRES, 2018: 104).

A exportação destes produtos eram uma forma de animar a economia, com o desenvolvimento dos laços internacionais e procurar a estabilizar a economia nacional.

No seguimento da problemática referida anteriormente, relativamente às condições meteorológicas, concretizando uma análise das temperaturas no ano de 1912 em que também se iniciou um ciclo de maus ou medíocres anos agrícolas que se prolongaram até ao final da guerra, com a chuva de janeiro e fevereiro a empapar a terra, afetando gravemente as colheitas, as mais fracas de toda a história desde a 1ª República. Prosseguindo a chuva em excesso, nesses dois meses em 1913 até 1919, exceto em 1916.

Semelhante facto aconteceu também na região do Alentejo no ano de 1915 que foi um dos anos mais pluviosos de que houve memória e dois anos depois foi um dos anos mais secos, com a agravante de no ano interior em 1916 apresentar-se também bastante desfavorável com as chuvas para a prática agrícola (MARQUES, 1978: 99).

Não deve ser ignorado, contudo que na passagem de século que houve um incremento da produção agrícola, com a sua fundamentação a poder ser dada pela ocupação de mais terra e de um maior esforço para haver uma maior produção agrícola (LAINS, 1995, 54).

Porém, Portugal conheceu uma autêntica e aguda crise relativamente ao pão que mobilizou a preocupação de praticamente todos os economistas que se iria prolongar por vários anos, mesmo após o término da 1ª Grande Guerra.

A situação económica portuguesa, tinha agravante derivada ao elevado grau de dependência externa em matéria de bens alimentares, combustíveis, matérias-primas e também de equipamentos que teve como consequência natural o aumentar da gravidade para problemas futuros, tornando-se um dos aspetos mais consideráveis na gestão das atividades económicas durante a guerra, com a míngua popularizada e também com a desorganização dos circuitos comerciais que ocorria à escala mundial, com enormes dificuldades no transporte e respetiva distribuição

de matérias-primas (ROLLO, 2011: 523).

A dificuldade em transportar essas mercadorias poderia servir de incremento para uma maior produção nacional, algo que irá ser tentado em Portugal se analisarmos informação referida anteriormente, porém, não haverá um acompanhamento dessas práticas e as mesmas iriam ser ignoradas, referência para as ações do Ministro do Trabalho.

No tópico dos transportes, e as suas dificuldades torna-se relevante mencionar o discurso realizado em 25 de fevereiro de 1916 de Afonso Costa que asseverava que a crise era tão grave e as condições em que esse problema era colocado, num país com um grande império colonial que não tinha marinha marcante, com o garante da sua alimentação a ser feita por via da importação, temendo cair numa situação inoportável (MARQUES, 1977: 165).

Um pouco irónico ser um dos países com um dos territórios coloniais de maior extensão, tendo territórios administrativos em África, Ásia e Oceânia, não ter uma marinha marcante eficiente e capaz de responder às suas necessidades e ter de ficar dependente de outras nações estrangeiras que poderia trazer graves dissabores no futuro que poderiam comprometer a sua estabilidade económica e social como acontecia de facto.

Todavia, após o relatado conflito bélico ao longo deste artigo, existem apontamentos para o prosseguimento para um clima de algum otimismo e euforia entre os principais sectores económicos do país, devido a um ambiente internacional mais descontraído, ponderando ocorrer uma recuperação rápida da economia, mas com muita incerteza quanto ao futuro (ROLLO, 2011: 525).

Embora, existam informações em contrário, o final da guerra colocou termo aos esquemas de controlo direto dos mercados de bens que tinham existido durante o conflito, mas não as tentativas governamentais de combate à inflação. Na tentativa de comprar bens por intermédio da ação do Estado para fazer baixar os preços, mas era uma prática errada porque a diminuição de preços era executada de forma artificial, sendo medidas a curto prazo e sobretudo não eram alterações estruturantes para a economia (MATA; VALÉRIO, 1994: 185).

Forçoso mencionar que a consequência das dificuldades das autoridades em garantirem a produção com a respetiva compra iria trazer grandes dissabores para a governação nacional.

Antes de terminar esta abordagem histórica, relevante mencionar que o futuro chefe de Estado, António de Oliveira Salazar em 1916 asseverava: "... o nosso Portugal se encontrava cultivando o trigo – base absorvente da exploração agrícola especialmente no Sul – quando melhor conviriam outras culturas às condições do

meio” (MARQUES, 2010: 21).

Decorria o ano de abril de 1928, seria nomeado ministro das Finanças, que tinha estado no cargo em 1926 por somente 5 dias, tendo abandonado o cargo devido a não concordar com as condições de disciplina orçamental pelo Governo de Mendes Cabeçadas. O professor da Universidade de Coimbra tinha construído a sua reputação em grande parte através da defesa das ideias de necessidade de uma profunda reforma fiscal, disciplina orçamental e eliminação do défice, bem como por se ter oposto à contratação do empréstimo externo (MATEUS, 2013: 47).

Uma mudança profunda da economia que iria atingir vários setores da economia, não escapando a questão cerealífera à sua agenda política no ano de 1929 com o surgimento da Campanha do Trigo que iria moldar o panorama cerealífero do país para sempre.

Referências bibliográficas

CASTRO, Armando. *A economia portuguesa do século XX (1900-1925)*. Lisboa. Edições 70, 1979.

CEREZALES, Diego Palácios. *Portugal à coronhada: Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa. Tinta da China, 2011.

JUSTINO, David. *A formação do espaço económico nacional Portugal 1810-1913*. Vol.1. Lisboa. Edições Veja, 1988.

LAINS, Pedro.; *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa. Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1995.

MARQUES, António de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa*. Alfragide. Texto Editores, 2010.

MARQUES, António de Oliveira. *História da 1ª República Portuguesa – as estruturas de base*. Lisboa. Iniciativa Editoriais, 1978.

MARQUES, António de Oliveira. *O. Afonso Costa Discursos Parlamentares 1914-1926*. Amadora. Livraria Betrand, 1977

MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *História Económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa. Editorial Presença, 1994

MATA, Maria Eugénia. A política financeira. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Org.) *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2011. pp. 191-203

MATEUS, Abel Moreira. *Economia Portuguesa: Evolução no contexto internacional (1910-2013)*. Cascais. Principia Editores, 2013

PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*. Lisboa: Sá da Costa Editora 1983

PIRES, Ana Paula. A economia de guerra: a frente interna. In Rosas, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Org.) *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2011. pp. 319 – 347

PIRES, Ana. Paula. A organização da economia de Guerra (1914-1919). In LOUSADA, Abílio Pires; ROCHA, Jorge Silva (Org.) *Portugal Na 1.ª Guerra Mundial: uma história militar concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018. pp.93 - 110

ROLLO, Maria Fernanda. Economia e Inovação: derivações em cenário de crise. In Rosas, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Org.) *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2011. pp.523 – 534

Fontes periódicas

Nota oficiosa – a questão das subsistências. **A Pátria – jornal monárquico da Tarde**, Porto, 1 fev.1918

Portugal e a Guerra. **O Norte**, Porto, 3 ago.1914

Agricultura e a guerra. **Jornal de Santo Thyrsó**, Santo Tirso, 9 set.1914

As subsistências. **Jornal de Santo Thyrsó**, Santo Tirso, 24 set.1914

Arredores – Mafamude. **O Comércio do Porto**, Porto, 3 mar.1915

Alimentação pública. **O Comércio do Porto**, Porto, 7 mar.1915

Penafiel. **O Comércio do Porto**, Porto, 16 jan.1917

Subsistências. **O Comércio do Porto**, Porto, 9 jan.1917

Imprevidência governamental. **A Voz do Povo**, Porto, 22 abr.1917

Pequena chronica – negra crise. **A Voz do Povo**, Porto, 8 abr.1917

Arredores – Melres. **O Comércio do Porto**, Porto, 24 abr.1917

Mindelo. **O Comércio do Porto**, Porto, 5 mai.1917

4.380.000 quilos de trigo exótico. **A Democracia do Marco**, Marco de Canavezes, 10 mar.1915

Subsistências – Paços de Ferreira. **O Comércio do Porto**, Porto 13 jul.1916

A falta de pão. **A Pátria – jornal monárquico da tarde**, Porto, 13 out.1917.